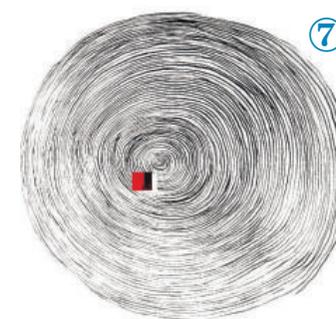


/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Carlos S. Costa
17.º governador do Banco de Portugal,
2010 a 2020

*Subsidiariedade,
uma outra forma
de reclamar
empoderamento...
e de romper
com a pulsão
centralista do país*

É legítimo perguntar porque é que os processos tanto de descentralização como de integração, não obstante constituírem respostas racionais e eficientes aos problemas do desenvolvimento socioeconómico, deparam com resistências políticas e com representações redutoras.

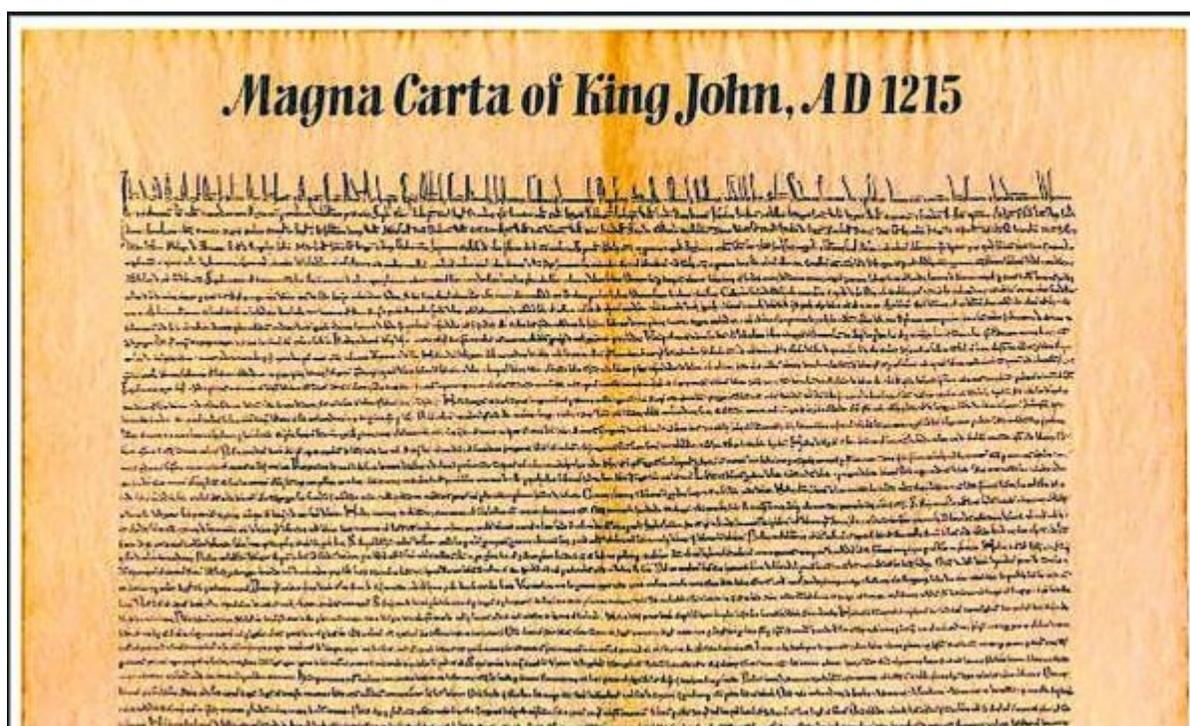
A explicação é simples. Os processos de produção e distribuição de bens públicos (bens e serviços) tanto ao nível subnacional como acima do nível nacional reduzem o alcance do poder central, limitam a margem de discricionariedade por parte dos que detêm o poder e dos que, eventualmente, o capturaram. Por isso, tendem a ser apresentados como fatores redutores da capacidade de governo e da soberania nacional. Por isso, a descentralização não é uma concessão. É sempre um processo de conquista de poder pela população de um determinado subterritório, como resultado de uma vontade de rutura com um poder de cariz mais centralizador. Mas tem de ser mais do que um mero processo de empoderamento. Tem de ser um processo de exercício coletivo desse mesmo poder, através de quadros institucionais democráticos e inclusivos. Caso contrário, ao não assegurar a internalização pela população e uma maior inclusão, acabará por reproduzir, ao nível subnacional, o modelo do poder central, embora com maior proximidade. Por isso, a descentralização nunca é uma concessão do poder central. É uma conquista que espelha a capacidade de afirmação da so-

cidade civil de um subterritório. E também não é um mero evento. É um processo que requer um aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de forma a garantir a crescente internalização pela população dos processos de produção e disponibilização de bens públicos, reforçando a sua democraticidade e a sua capacidade inclusiva.

Em síntese, a eficiência requer que o poder de produção e distribuição de bens públicos se localize onde está garantida não só a sua viabilidade económica como a respetiva internalização pela população destinatária – um princípio de subsidiariedade que deve ser usado para escrutinar o racional da localização dos poderes públicos e do modelo de organização do Estado, tendo em conta que o seu objetivo último é dar à população de um dado território o maior controlo dos fatores que determinam o seu próprio devir. Um escrutínio que também vai permitir facilitar a identificação das situações em que a produção e distribuição de bens públicos deve estar situada acima do território, num plano interterritorial, e induzir uma reflexão sobre os mecanismos institucionais que permitem conciliar viabilidade económica da produção e distribuição interterritorial com a salvaguarda da sua internalização pela população local, a fim de garantir a eficiência. E, por último, um escrutínio que vai revelar que nem sempre o Estado ou a Administração Pública são um manto diáfano ou neutro que conforta ou potencia a realidade em que intervêm, mas antes uma densa realidade, cuja espessura e cuja dinâmica condicionam a trajetória de desenvolvimento do território e o devir daqueles que são supostos representar, isto é, a população que acede aos bens públicos, os contribuintes e os eleitores. Defender ou exigir eficiência na produção e distribuição de bens públicos e a observância do princípio da subsidiariedade não é mais do que reclamar o empoderamento subnacional e uma rutura na distribuição, exercício e controlo do poder público, condições necessárias do reforço do processo de desenvolvimento socioeconómico.

Será que é ousado dizer que esta é a ponta que permite desenrolar um novo há muito emaranhado, que é o novo da reforma e modernização do Estado e da Administração Pública?

(A versão integral do presente artigo está, a partir de amanhã, no portal do Círculo acec.pt)



Magna Carta, Inglaterra 1215 - o marco inicial do amplo processo de desenvolvimento da democracia moderna e de devolução do poder central